

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Procuradoria paulista faz escola

Depois que a Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo pediu ao Ministério Público no estado que investigue se a transferência de domicílio eleitoral do ex-juiz Sergio Moro obedeceu às normas legais, a procuradoria gaúcha cogita fazer o mesmo com o vice-presidente Hamilton Mourão.

Noves fora...

Os bolsonaristas têm feito as contas e consideram possível que o presidente Jair Bolsonaro ultrapasse Lula nas pesquisas até julho. Para isso, acreditam que basta dar uma “melhoradinha” na economia.

... menos um

A avaliação é de que, além da economia, o tema que poderia dar mais trabalho era a pandemia. Esse assunto, porém, já está de saída da agenda eleitoral. Apesar das milhares de mortes, a euforia por andar sem máscaras e a oferta de vacinas a todos terão mais destaque. Afinal, o brasileiro tende a ver o lado positivo das coisas.

Atentado?

O ataque ao jornalista Gabriel Luiz no Sudoeste, bairro nobre e de classe média alta da capital da República, mobilizará todos os segmentos políticos, em busca de uma investigação séria e rápida. Muito esquisito não terem roubado nada do rapaz, considerado um exímio repórter investigativo. Não pode ter a mesma velocidade de apuração do atentado à vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro.

Aviso prévio

Antes mesmo de aberta a temporada oficial da campanha deste ano, o PT já sabe o que não fará em fevereiro do ano que vem, caso o ex-presidente Lula vença o pleito de outubro: não apoiará Arthur Lira para mais um mandato à frente da Câmara dos Deputados, ainda que o parlamentar tenha lastro para ser candidato. “O PT e seus aliados terão outro nome para a Presidência da Câmara”, afirmou o secretário-geral do partido, deputado Paulo Teixeira (SP), em entrevista à Rede Vida que foi ao ar esta semana.

Os petistas consideram que Lira hoje é do grupo aliado ao presidente Jair Bolsonaro e está muito ligado ao governo. Portanto, não será o nome defendido pelo PT.



CURTIDAS

Não confie/ A senadora Simone Tebet (MDB-MS) terá de ter cuidado redobrado quando chegar a hora de ser indicada oficialmente candidata do MDB à Presidência da República. A turma do Nordeste, que apoiará Lula, não é fácil.

Histórico/ Em 1998, quando Fernando Henrique Cardoso era presidente, candidato à reeleição, e uma parcela expressiva do MDB defendia a continuidade da parceria, o então pré-candidato Itamar Franco foi humilhado na convenção do partido, que teve vidros quebrados.

Nem tanto/ A sorte de Simone Tebet é que quem mais humilhou o ex-presidente Itamar Franco à época foi o então líder do PMDB, Geddel Vieira Lima. Atualmente, depois do “apartamento-caixa-forte” e da prisão, não tem mais moral para exigir nada da legenda.

Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press



E o Alckmin, hein?/ O discurso de Gerald Alckmin (foto) para as centrais sindicais virou uma saraivada de memes. Ele já foi chamado até de “Chêraldo”, numa referência a Che Guevara. Só tem um probleminha: se a chacota for demais, a chapa corre o risco de virar uma piada e atrapalhar a pré-campanha de Lula.

PODER / Deputado Daniel Silveira vai a festa na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, apesar de ter sido proibido pelo Supremo Tribunal Federal de participar de eventos públicos e de deixar a cidade de Petrópolis

De tornozeleira na balada

Proibido de participar de eventos públicos e de deixar a cidade de Petrópolis, na Região Serrana fluminense — a não ser para atividades que tenham ligação com o seu mandato —, o deputado federal Daniel Silveira (União Brasil) participou de uma festa na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio, no último dia 9. O evento terminou em confusão, na qual o dono do estabelecimento foi agredido por dois policiais militares. Um deles estaria com o parlamentar.

A participação de Daniel Silveira na festa foi revelada pela TV Globo, que teve acesso a câmeras de monitoramento instaladas no local. Segundo a emissora, o parlamentar chegou à festa por volta das 16h. Não há informações sobre quando ele teria deixado o estabelecimento.

Os dois PMs acusados de agredir o dono do bar são lotados no 15º BPM (Duque de Caxias) e no Grupamento Aeromóvel. Segundo o empresário, pelo menos um

deles seria amigo de Silveira. O parlamentar, contudo, não se envolveu na briga.

Em nota, a Polícia Militar informou que, “assim que o comando da corporação recebeu o vídeo do fato, os policiais militares foram identificados e convocados a depor”. Segundo a PM, o empresário já prestou depoimento à Corregedoria, e um Inquérito Policial Militar (IPM) foi instaurado.

Daniel Silveira utiliza tornozeleira eletrônica por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). No início do mês, a defesa do deputado solicitou uma perícia no equipamento alegando “anormalidades” e “comportamentos estranhos” da tornozeleira.

No pedido, um dos advogados de Daniel cita “suspeitas de manipulação” e solicita que o aparelho passe por perícia. Pede, ainda, que o trabalho não seja feito no Rio de Janeiro nem no Distrito Federal, em razão de “dúvidas sobre a imparcialidade

do órgão nessas cidades”.

Na última quarta-feira, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seape) do Distrito Federal informou ao STF que não há irregularidades no aparelho. Foi uma resposta a um pedido de Moraes para que o órgão relatasse se havia irregularidades e enviasse um relatório completo do monitoramento.

Segundo o documento da secretaria, o software de monitoramento envia automaticamente alertas vibratórios, sonoros e luminosos quando o equipamento atinge 20% da capacidade de carga da bateria.

Silveira foi preso em fevereiro do ano passado após divulgar vídeo com ameaças aos ministros do STF. Entre idas e vindas ao regime domiciliar, foi solto definitivamente em novembro, mas ficou submetido a uma série de medidas cautelares, incluindo a proibição de acesso a redes sociais e de contato com outros investigados nos inquéritos das fake news e das milícias digitais.

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



A festa da qual Silveira participou terminou em confusão, mas ele não teria se envolvido

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Marcelo Ramos quer investigação por suposto crime eleitoral

Ação contra Bolsonaro por redução do IPI

» RAPHAEL FELICE

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PSD-AM), protocolou uma ação na Procuradoria Eleitoral do Ministério Público contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), por conta do decreto, publicado na quinta-feira no *Diário Oficial da União*, que confirma a redução de 25% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo o parlamentar, o chefe do Executivo concede benefício em ano de eleições sem contrapartida, o que é proibido pela Lei Eleitoral (9.504/1997).

A medida foi motivada pelo descumprimento de uma promessa feita por Bolsonaro

e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de excluir a Zona Franca de Manaus (ZFM) da diminuição do IPI. Em 9 de março, eles se reuniram com o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), e com o presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, no Palácio do Planalto e se comprometeram a alterar um decreto, editado na véspera de carnaval, que também mantinha o Polo Industrial de Manaus (PIM) na redução tributária.

“As consequências disso são gravíssimas para o povo do estado do Amazonas. Primeiro, elas atingem 100 mil empregos diretos e outros 400 mil indiretos.

Depois, atingem uma redução drástica na receita de ICMS do estado do Amazonas, dinheiro que paga hospital e escolas públicas, asfalta rua, financia servidor público e do qual 25% são repassados aos municípios já tão pobres do interior do estado”, criticou Ramos.

Ainda segundo o deputado, a questão não foi judicializada anteriormente porque não era intenção da bancada ou do governo do estado impugnar a redução tributária de produtos produzidos fora do PIM.

Já Wilson Lima anunciou que entrará com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a redução do IPI sem exclusão

do Polo Industrial de Manaus (PIM). O gestor usou as redes sociais para questionar o decreto de Bolsonaro.

Na avaliação do senador Omar Aziz (PSD-AM), a redução de 25% do IPI na ZFM retira a competitividade, o que impacta diretamente o emprego e a renda do estado. Na visão do parlamentar, o decreto é um “ato de traição” do presidente da República.

“É um ato de traição a quem lhe deu uma votação expressiva na última eleição. Ele teve 67% dos votos na cidade de Manaus. Agora, nos trai de forma vil, sorrateira e num feriado, que a gente pouco ou nada pôde fazer”, disse o senador.